

O FIM DE UM CICLO

A aprovação da emenda da reeleição, no ano passado, reafirmou a força do compromisso histórico conservador que levou FHC à Presidência, apoiado na mais ampla coalizão das classes dominantes da história republicana. Em 1994, FHC foi a solução que as elites empresariais e políticas encontraram para retomar o projeto neoliberal, impedir a eleição de Lula e a aplicação de um programa democrático e popular de enfrentamento da crise nacional.

Passados quase quatro anos, o País se confronta com uma dura realidade.

A cada dia, acentua-se a face autoritária do governo, expressa na ditadura das MP [Medidas Provisórias] e no uso sistemático da propaganda. FHC procura desqualificar e deslegitimar a oposição e os movimentos sociais. A legislação eleitoral imposta pelo Planalto é inaceitável.

Mais grave ainda: tenta disfarçar sua incapacidade em resolver a questão agrária e sua criminoso negligência no enfrentamento da seca no Nordeste, tentando criminalizar os movimentos sociais de protesto, em particular o MST.

A luta pela democracia continua.

A economia centralizada na âncora cambial e na abertura comercial radical promove um brutal endividamento, que fragiliza as finanças públicas e expõe o País aos ataques especulativos do capital internacional. A exclusão social avança com a desarticulação de parte da estrutura produtiva, desemprego e precarização do trabalho. A violência e a banalização da vida nos grandes centros urbanos projeta um cenário de desesperança, de apartheid social para grande parte da população. Esse modelo, incapaz de viabilizar o crescimento e enfrentar a pobreza, foi agravado em 1997, com a crise das bolsas, que revelou a fragilidade da política econômica e a dependência do País dos capitais externos.

Uma sucessão de catástrofes – incêndios em Roraima, generalização da epidemia de dengue e, mais recentemente, a quebradeira dos municípios e a vergonhosa omissão do governo na seca – mostra a verdadeira cara da política econômica governamental: insensibilidade para o que ocorre com milhões de homens e mulheres no Brasil real, lentidão e cinismo para com o drama de amplos setores da sociedade, que contrasta com a rapidez com que se adotam medidas para salvar bancos e entregar o patrimônio nacional a grupos monopólicos. A aceleração do crescimento do desemprego em 1998 e o ridículo reajuste do salário mínimo reforçam a imagem de indiferença frente ao drama do povo.

O sucateamento das universidades, contra o qual se levantam professores, estudantes e funcionários em greve, mostra um governo despreocupado com o futuro do País e com a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento.

Eleições recentes na Europa, em El Salvador, Argentina, México e Coréia, bem como os prognósticos de uma derrota iminente dos conservadores na Alemanha, somados à queda de Suharto, na Indonésia, no bojo de manifestações populares, mostram sinais de enfraquecimento da estratégia neoliberal. O futuro de cada um desses países está diretamente ligado à capacidade de seus trabalhadores de construir alternativas consistentes de mudança.

O PT, as entidades populares, os partidos de esquerda e setores da sociedade civil são a grande força de oposição ao governo FHC e ao neoliberalismo. O avanço das lutas populares é o principal instrumento de resistência ao conservadorismo e de sustentação a um futuro governo democrático-popular.

A FRENTE DAS OPOSIÇÕES

Reafirmamos aqui as Resoluções do 11º Encontro Nacional, especialmente a Carta do Rio de Janeiro, que estabelecem orientações para a política de alianças e bases para um novo programa de governo. O ENPT decidiu o lançamento de um amplo movimento político e cultural em defesa do Brasil e por um projeto de desenvolvimento sustentável, soberano e solidário.

O 11º Encontro orientou o DN [Diretório Nacional] a adotar tática eleitoral de alianças mais amplas que o campo democrático-popular para as disputas estaduais e nacional, sem cair no sectarismo e na desfiguração do programa partidário, coibindo o oportunismo eleitoreiro e o isolacionismo.

O que deve definir nossas alianças eleitorais é a oposição a FHC, ao neoliberalismo e aos partidos de direita. A tática eleitoral em nível estadual deve estar subordinada à consolidação da Frente de apoio à candidatura Lula.

Nosso objetivo será unificar o campo democrático-popular – PT, PCdoB, PSB, PDT – em torno de candidaturas comuns à Presidência e Vice e aos governos estaduais.

O PT deve continuar a experiência de 89 e 94, mantendo a Frente com o PSB e PCdoB, ampliando-a para o PDT, sem descartar alianças com personalidades do PMDB que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC.

A questão da soberania nacional ganha importância na ampliação da política de alianças. A disputa do centro, de personalidades do PMDB e do PSDB que vêm se opondo efetivamente à estratégia de cooptação do governo FHC deve-se dar em torno de uma candidatura única das oposições, permitindo evoluir de acordos pontuais para um pacto programático de governo.

Vamos disputar as eleições para vencer e devemos fazer delas uma batalha cultural e ideológica, que ajude a reverter a hegemonia conservadora, lance as bases de um novo projeto nacional de desenvolvimento e condições de governabilidade para uma coalizão democrático-popular.

A condição para vencer é articular a luta eleitoral com a mobilização e as lutas sociais.

A unidade das oposições, expressa no Protocolo da Frente, consolidou-se em lutas concretas: de apoio à reforma agrária, as lutas por emprego e cidadania, defesa da Vale [Companhia Vale do Rio Doce - CVRD], não à reeleição e na ação do bloco parlamentar contra as reformas da Previdência e administrativa.

O PT reafirma seu compromisso com a Frente de Oposições, de ter uma candidatura única, com base numa plataforma comum, apoiada em ampla mobilização popular e articulada com um movimento suprapartidário. Consideramos ser o PT o partido em melhores condições de oferecer o candidato e apresentamos nossa candidatura à Frente, com PDT, PCdoB e PSB. O PCB já declarou seu apoio

à candidatura Lula e sua participação na Frente é iminente. O PMN e o PSTU terão candidaturas próprias e já declaram apoio a Lula no segundo turno.

O PPS tem candidato próprio, que contará com o apoio do PV, com marca antipetista. Não integra o Bloco de Oposição na Câmara, participa e vota com o governo federal em importantes questões e apóia a reeleição de vários governadores do PSDB.

O PT e a Frente, com base em seu Programa de governo e iniciativas parlamentares, devem pedir ao povo nova maioria para o Brasil: um Congresso ético, renovado, popular e progressista.

A Frente deve exercer atração sobre dissidências de outros partidos, sobretudo o PMDB, e personalidades políticas, para composições nacionais e regionais, com base na oposição a FHC e na plataforma comum antineoliberal. Para criar um movimento nacional suprapartidário, a Frente deverá estender-se para os demais setores da sociedade civil e personalidades.

LANÇAMENTO DA CANDIDATURA LULA

O PT, seguindo as orientações do 11º Encontro, lançou o nome de Lula, antecipando o lançamento da candidatura em Brasília, em dezembro.

Com base nas Resoluções do 11º Encontro, elaboramos, com os aliados PDT, PSB e PCdoB, as teses para uma proposta básica comum de Programa de Governo, o que foi fundamental para consolidar nossa articulação com esses partidos. As Resoluções do 11º Encontro criaram as condições para nossa política de alianças nos estados, viabilizando a frente com o PDT.

Nossa firmeza na definição da agenda de Lula e a tendência pró-FHC do PMDB consolidou nossa candidatura quando o PCdoB declarou apoio a Lula e o PDT propôs indicar o vice na chapa. Precipitou-se o quadro sucessório e abriram-se as portas para um acordo com o PSB, que finalmente ocorreu. O acordo com o PDT passa pela candidatura única no Rio de Janeiro e consolida nossas alianças em Minas Gerais, Distrito Federal, Santa Catarina, Acre, Paraná e Mato Grosso do Sul.

A aliança com o PSB passa por Alagoas, Sergipe, Amapá, Pará, São Paulo e Pernambuco e permitirá consolidar os acordos no Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. As relações com o PSB, bem como com os outros partidos, envolvem a discussão do Programa e da direção da campanha.

A política em relação ao PMDB sempre foi de aprofundar as divergências de parte do Partido com o Governo FHC e tentar apoio de dissidências no 1º turno, incentivando a candidatura própria.

CANDIDATURA DE BRIZOLA A VICE

O PDT indicará o nome do ex-governador Leonel Brizola a vice, o que viabiliza e consolida a Frente e será um fator de mobilização de nossos militantes. É a soma de duas grandes lideranças e partidos que não se coligaram em 89 e 94. Com o apoio do PSB, PCdoB, PCB e de setores do PMDB, teremos uma situação favorável para iniciar a campanha, viabilizando a ida de Lula para o 2º turno. São dezenas de

milhares de militantes, mais de 300 parlamentares, centenas de prefeitos e milhares de vereadores por todo o Brasil.

O CENÁRIO ELEITORAL E AS CANDIDATURAS

Há, em 1998, um agravamento do desemprego e da questão social, além dos riscos de deterioração da economia internacional e das contas do governo e do País. Os altos juros e o Pacote 5I* são recessivos. Os cortes nos investimentos e gastos atingiram a área social. Pode haver uma crise maior na economia. FHC disputa a eleição em meio a uma recessão e agravamento do quadro fiscal da União, estados e municípios, com pequena margem de manobra fiscal e monetária para atenuar a crise. Isso não significa necessariamente que Lula será beneficiado. Tudo depende de nossa capacidade de gerar alternativas.

É evidente o desgaste do governo. Cresce a insatisfação social e política, mas o Planalto insiste em seu estoque de iniciativas: o controle da inflação, a propaganda das obras do Brasil em Ação e um discurso mistificado sobre educação, reforma agrária e direitos humanos. Porém, nenhuma propaganda pode esconder o desemprego crescente e o achatamento dos salários, o colapso da saúde, o fisiologismo e a imagem de governo dos ricos.

O escândalo da privatização da Ligth e da CERJ [Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro], a oposição dos trabalhadores ao contrato temporário, dos aposentados e funcionários públicos às reformas da Previdência e administrativa, dos prefeitos à concentração dos recursos tributários em Brasília, dos pequenos e médios empresários à política de juros altos e abertura indiscriminada da economia, a greve das universidades, vêm desgastando o governo e criando as bases para o voto de oposição. A isso se somam as acusações de fisiologismo, negócios espúrios e favorecimento a grandes grupos econômicos.

O governo poderá tentar, no 2º semestre, mudar o cenário de desemprego e da recessão, impulsionando o consumo e os investimentos, com base nos recursos das privatizações e aumento dos gastos públicos. Sobre algumas questões internacionais – protecionismo dos países ricos, por exemplo – fará um discurso mais à esquerda, sem ultrapassar a retórica.

Apesar dos avanços e ações de massas de 97 e, sobretudo, das manifestações das últimas semanas, o nível de mobilização e luta do movimento sindical e popular não atingiu o nível que o momento político exige. Mesmo assim o governo já revela sua disposição de reprimir os protestos populares.

Por isso, a prioridade nº 1 para o PT é a mobilização e a luta social daqui até as eleições, o que vem sendo articulado a partir do Encontro contra o Neoliberalismo.

Nossa candidatura tem, no início da campanha, o apoio de 25% do eleitorado, o que garantirá, consolidada a Frente e as alianças regionais, nossa ida ao 2º turno e o crescimento de nossas bancadas nas Assembléias, Câmara e Senado.

A candidatura FHC tem densidade eleitoral, está articulada com o grande empresariado, tem apoio internacional, recursos, tempo de TV e rádio e uma ampla coligação de partidos: PSDB-PFL-PTB-PPB; tudo fazendo para ter o apoio do PMDB.

Sofre desgaste, no entanto, tendo em vista a degradação da situação social, a precariedade do equilíbrio macroeconômico, cada vez mais perceptível, a imagem de lentidão, insensibilidade e de governo dos ricos e a série de desacertos políticos recentes.

A candidatura Ciro [Gomes] cresceu e estacionou, perdeu espaço na mídia, não tem estrutura partidária e militantes. Seu tempo de TV e rádio será mínimo e dependerá só do desempenho do candidato ou do fracasso de FHC, quando pode surgir como alternativa dentro do modelo.

O programa de Ciro [Gomes] – que ele definiu com as formas Real + 1 e FHC +1 – visa reduzir o impacto das medidas não liberais para esses setores: desonerar a produção, cobrar imposto sobre consumo, abater a dívida pública com o dinheiro das privatizações, atacar o corporativismo sindical, acelerar as reformas...

As afinidades programáticas entre Ciro Gomes e FHC deixam claro que as candidaturas de esquerda e de centro-esquerda não são aliadas.

As candidaturas Enéas [Carneiro] e [Ivan] Frota são distintas. Enéas é um candidato errático, tende a nos combater, enquanto o PMN é aliado nos principais estados e pode marchar conosco no 2º turno.

Os limites atuais da candidatura Lula estão no domínio que o governo tem dos meios de comunicação, do uso da máquina e no apoio do grande empresariado. A rejeição de Lula está tecnicamente empatada com a de FHC. Para enfrentar-nos, o governo aposta na nossa imagem de adversários do real. Tenta criar a imagem de uma oposição que só sabe dizer não, raivosa, sem programa. Começa a fazer, e fará cada vez mais, o discurso terrorista de que a oposição não terá governabilidade, mergulhando o País no caos.

Para as oposições, coloca-se a necessidade de reverter essa imagem, que pode calar fundo em muitos setores médios e populares. Trata-se de mostrar que FHC, pelos perigos que sua política econômica traz e por sua cegueira diante do quadro social em deterioração, pode mergulhar o País em uma convulsão social e na mais absoluta ingovernabilidade.

A força de nossa candidatura está na Frente e na sua ampliação para setores de oposição ao neoliberalismo, em um programa capaz de mobilizar nossa militância e os movimentos sociais e ampliar seu apoio nos setores médios da sociedade, de dar respostas aos principais problemas do País e apontar um novo rumo para o Brasil.

A experiência em campanhas mostra a importância da unidade política e programática da candidatura Lula, sem duplicidade de direção política e ambigüidade no programa de governo e no discurso. O governo tentará bater na tecla de que o PT “é um saco de gatos”, que, não tendo unidade interna, será incapaz de governar um país das dimensões e complexidade do Brasil.

O CARÁTER E A ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA LULA

Temos experiência de outras campanhas para não cometer erros políticos/organizativos do passado. Isto vale para a relação com nossos aliados, que não devem ter um papel secundário ou decorativo, e para a relação interna com militantes, tendências e instâncias regionais.

Precisamos construir uma direção política da coligação. Um conselho político com os presidentes dos partidos para dirigir a campanha e tomar as principais decisões. Os quatro partidos deverão partilhar os custos da campanha e defender os candidatos e o programa comum.

No PT, precisamos de uma direção política da campanha e uma coordenação eleitoral capaz de implementar as orientações gerais.

Caberá ao DN e à CEN [Comissão Executiva Nacional] a direção política da campanha do PT. A coordenação implementará decisões e organizará a campanha em nível nacional.

Organizar a campanha em nível nacional não significa substituir as direções e as coordenações estaduais, que serão responsáveis pela mobilização e infraestrutura das campanhas. Caberá à coordenação nacional o acompanhamento político diário da campanha e a implementação da linha de campanha, decidida pela direção nacional com base nas resoluções dos encontros partidários e dos acordos e decisões do conselho político da Frente.

A coordenação será responsável pela agenda, finanças, pesquisas, programa, informações, apoio jurídico, orientação para debates, rádio e televisão, imprensa, enlace com estados e com a Frente (nacional e nos estados).

DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO

A discussão programática, em 1998, se fará a partir do acúmulo das campanhas de 89 e 94, quando houve avanços tanto no conteúdo quanto no método de elaboração do Programa. Essas experiências devem ser analisadas criticamente. A conjuntura 98 é distinta das anteriores e há muitos elementos a serem corrigidos.

O 11º Encontro aprovou Diretrizes de Programa, que são a base para a elaboração atual. Uma comissão com representantes do PDT, PCdoB, PSB e do PT preparou documento preliminar, publicado em outubro de 1997, com um conjunto de propostas para uma plataforma de governo. É uma aproximação conceitual do que deve ser o Programa. Sofrerá modificações na forma de abordagem e de apresentação das propostas.

Diferentemente do passado, a elaboração programática de 1998 deverá ser feita em conjunto com os partidos da Frente. Isso não exige o PT de realizar sua discussão, mas indica que o Programa é uma iniciativa da Frente. .

O Programa será elaborado em interlocução com a sociedade, especialmente com suas expressões organizadas, mas ele não é uma soma de reivindicações. Deve apresentar uma proposta abrangente de transformação da sociedade e do Estado brasileiros.

O Programa Lula-98 não é um Plano de Governo, ainda que reúna suas diretrizes fundamentais. Deve ser um documento de mobilização social e política. Deve ter um texto coerente, sólido teoricamente, realista e que leve em conta a correlação de forças sociais e políticas do País. Para cumprir sua função mobilizadora, deve propor alterar essa correlação de forças. É bom lembrar a reflexão de Lula após a derrota de 1994: “para mudar o País não basta ganhar as eleições; para ganhar as eleições é necessário mudar o País.” O Programa deve perseguir esse objetivo de mudar a relação de forças.

O Programa não se confunde com o programa socialista do PT ou com os dos outros partidos da Frente. Suas reivindicações se inserem em uma transformação de longo prazo e refletem o Brasil e o mundo que queremos, ainda que esses objetivos não sejam alcançados no prazo de um governo. As reformas que o Programa propõe, ainda que situadas no marco de uma sociedade capitalista, se chocam com o capitalismo realmente existente no Brasil. A implementação de um programa radical de reformas – por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por sua capacidade política de agregar forças sociais – contribuirá para a refundação de uma perspectiva socialista no País.

Nosso Programa faz parte de uma estratégia de transformação global do País. Por isso não se pode escamotear dificuldades políticas, econômicas, jurídicas, culturais que irá enfrentar. Deve ser ainda peça de mobilização social e política. Defendemos um programa de ruptura com o neoliberalismo. Somos a candidatura que vai substituir a atual política econômica por outra que compatibilize estabilidade com crescimento sustentado, assentada em três eixos: distribuição de renda e riqueza, defesa da soberania nacional e democratização radical da política e da sociedade brasileiras, numa perspectiva socialista.

O Programa deve ser de fácil entendimento, breve, sintético e centrado nas questões fundamentais. Sem subordinar-se aos humores do eleitorado, deve abordar as questões essenciais, a partir da percepção que a maioria da sociedade tem delas.

O Programa deve ser concreto, com objetivos e metas, se possível quantificadas. Deve mostrar de onde virão os recursos, que obstáculos jurídicos e políticos existem e como serão superados.

O resultado deve ser um documento que tenha credibilidade e aponte para soluções originais. Devemos convocar a sociedade e mostrar que o novo governo terá força e vontade políticas para realizar o prometido.

Deverá buscar-se uma articulação entre o Programa Lula-98 e os programas estaduais, importante em função da crise da Federação.

O PG Lula-98 exige um diagnóstico da situação atual do País para mostrar o Brasil que queremos. Explicitará os seus pressupostos, isto é, a perspectiva política na qual nos situamos. Trata-se de recusar a lógica neoliberal; não só as respostas dos conservadores, mas as próprias questões que eles colocam, evitando muitas de suas armadilhas ideológicas, do tipo “você são favoráveis ou não ao real?” Esse procedimento dá credibilidade e capacidade de mobilização ao Programa.

Os pontos programáticos expressarão o essencial da transformação que o Governo Democrático e Popular realizará no País.

A peça central programática será complementada por documentos que aprofundem questões abordadas no Programa, destinada a formadores de opinião, dirigentes e militantes. Nelas poderão ser abordadas de forma mais consistente questões como a reforma agrária, programa de mais e melhores empregos, as questões ambientais, a política de ciência e tecnologia, por exemplo.

O documento central do Programa deve recolher os pontos contidos nos eixos programáticos e apresentá-los sintética, clara e quantificadamente em um número restrito de pontos (5 ou 13, por exemplo).

O programa tem três eixos fundamentais.

O social, onde se enfrenta o problema da exclusão e desigualdades que afetam a maioria da sociedade. O programa articula reformas econômicas às sociais. Ambas impedem a desindustrialização e desnacionalização do País, promovem o desenvolvimento baseado na distribuição de renda e expansão do mercado interno. Propomos uma reforma tributária capaz de gerar poupança para financiar o crescimento, modificando as condições de pagamento da dívida pública, estabelecendo um teto para os gastos com juros/principal que seja compatível com as necessidades de custeio e investimentos previstos em nosso programa, reorganizar os serviços públicos, sobretudo a saúde e a educação, e promover a reforma democrática do Estado. O Programa deve implantar políticas de renda mínima, plano nacional por mais e melhores empregos e salários, realizar a reforma agrária e uma política agrícola objetivando a democratização da propriedade e o combate à miséria.

Tendo em vista os condicionantes internacionais e as heranças dos governos anteriores, é importante que a Frente possua sólida base parlamentar, apoio entre governadores progressistas e conte com uma sociedade mobilizada, capaz de exigir o cumprimento do Programa.

Nosso desafio é articular a resistência popular à perspectiva de um novo governo, comprometido com um projeto alternativo de desenvolvimento, que rompa com a lógica neoliberal. A herança do governo de FHC será pesada: fragilidade externa e das finanças públicas, desarticulação de parcela do sistema produtivo e demandas sociais, especialmente por trabalho e políticas sociais básicas. Corre-se o risco de grave crise cambial antes ou depois das eleições, como ocorreu no México.

Desmontar a armadilha da âncora cambial-juros altos é nossa primeira tarefa. O País precisa constituir novos mecanismos de financiamento. Isso só será possível se superarmos a sobrevalorização cambial, já que essa política expõe o País a uma situação de risco frente a um ataque especulativo da moeda, que comprometerá a estabilidade, causando recessão e volta da inflação.

O novo governo definirá uma política de transição que desmonte a lógica neoliberal e proteja a produção e os setores fragilizados da sociedade. Será decisivo alongar o perfil da dívida interna e reduzir os juros para aliviar a pressão financeira sobre o orçamento público, das empresas e famílias. Devemos reintroduzir no cenário internacional o tema da dívida externa, porque o endividamento crescente do continente é insustentável, como demonstrou a década de 80. Devemos combater o projeto norte-americano de formação de uma Área de Livre Comércio das Américas e o Acordo Mundial de Investimentos (MAI), pois ambos ferem gravemente a soberania nacional, a capacidade de decidir sobre nosso destino.

O papel do Estado na economia será fundamental para impedir a anarquia que o mercado sem controle gera, sobretudo nesta etapa de aguda internacionalização produtiva e financeira. Ele terá um papel coordenador, regulador, indutor e produtor.

Só assim será possível realizar o Projeto Nacional de Desenvolvimento. O Estado manterá sua presença sobre os setores energéticos, de telecomunicações e petróleo. Cancelará o Programa Nacional de Desestatização. Poderá admitir parcerias que não acarretem a perda de controle nacional sobre atividades essenciais. Exercerá fiscalização sobre setores privatizados, podendo revogar

privatizações fraudulentas ou de empresas que não cumpram suas responsabilidades. Criará imposto sobre os lucros extraordinários desta área. Apoiará ou impulsionará as iniciativas judiciais para que a CVRD volte ao controle público. O novo governo democratizará o funcionamento das estatais, para que se transformem em entidades públicas, e não centros de poder de setores privados ou feudos de grupos da burocracia estatal.

Uma nova relação da União com estados e municípios modificará o processo de centralização atual, responsável pela crise do sistema federativo, agravada pela concentração tributária promovida pelo FEF [Fundo de Estabilização Fiscal], Lei Kandir, Fundo de Valorização do Magistério, juros altos e sucateamento dos serviços públicos. A revogação do FEF, a devolução aos estados das perdas do ICMS causadas pela Lei Kandir, a redução da renúncia fiscal e uma reforma tributária acompanhada de ampla renegociação da dívida dos estados e novos padrões de financiamento são essenciais para a autonomia política dos estados.

Esse processo de transição, que imporá desafios ao País, deve ser dirigido aos novos objetivos estratégicos de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, impulsionar um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e soberano, orientado para um mercado de consumo de massas e serviços públicos essenciais.

Os princípios do desenvolvimento sustentável, e integram de longa data as propostas programáticas do PT, e foram explicitados na tese Uma agenda 21 do PT para um Brasil sustentável, passam a integrar as conclusões políticas centrais deste Encontro Extraordinário.

As reformas agrária e urbana, acompanhadas de um programa de habitação popular, o estímulo à pequena produção familiar no campo e o fomento à agricultura de alimentos e às políticas de universalização da educação (com a bolsa-escola) e saúde pública são os objetivos econômicos e sociais básicos da transição. O governo democrático-popular estimulará as formas cooperativas de produção e expandirá o microcrédito através dos bancos do povo, como Portosol, de Porto Alegre, e BRB-Trabalho, do DF.

É fundamental democratizar as relações de trabalho desde o chão da fábrica até os grandes cenários nacionais. Devemos reconstruir a legislação, impedindo a flexibilização das relações trabalhistas, reforçando a negociação e o contrato coletivo de trabalho e garantindo a autonomia e a representatividade dos sindicatos. O mundo do trabalho merece uma autêntica política de emprego e renda, apoiada na valorização salarial (especialmente do salário mínimo) e nas políticas de saúde, educação, habitação, saneamento e transporte. No governo democrático-popular se instituirá o Programa de Garantia de Renda Mínima. Todo cidadão tem o direito de participar da renda da Nação, de receber pelo menos o necessário para sua sobrevivência. Toda família tem o direito de poder enviar seus filhos à escola. A melhoria da distribuição de renda só será efetiva e duradoura se o combate à inflação for acompanhado da retomada dos investimentos, crescimento do emprego e elevação progressiva e constante do salário mínimo. O objetivo deve ser aumentar a participação dos salários na renda nacional, há muitos anos em queda.

Estas propostas dependem de mecanismos de controle social do Estado e das políticas públicas.

Assim, é possível tornar eficaz a máquina estatal, acabar com abusos, prepotência e ineficiência. O controle do Estado pela sociedade – como mostram os orçamentos participativos – é uma escola de cidadania, permite a criação de novos direitos e fortalece a República.

O nacional, que buscará definir as bases da construção do Brasil como Nação, a partir de uma presença soberana do Brasil no mundo, que orientará as bases de nossa política externa.

Propugnamos por uma política de paz e de busca de construção de uma ordem econômica internacional justa e democrática. Lutaremos pela reforma de organismos multinacionais, como a ONU [Organização das Nações Unidas], FMI [Fundo Monetário Internacional], BIRD [Banco de Reconstrução e Desenvolvimento], BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento], OMC [Organização Mundial do Comércio], hoje a serviço do hegemonismo norte-americano.

Nossa política externa privilegiará as relações com a América Latina e África Meridional, além de buscar uma articulação com países como a China, Índia, Rússia e África do Sul. Uma política mais ativa em relação à União Européia permitirá aproveitar as contradições desta com os Estados Unidos e abrir mais espaços internacionais. O princípio de reforçamento da soberania nacional não se confunde com uma posição autárquica, de fechamento para o mundo. Ao contrário, para viabilizar nosso projeto nacional deveremos ter uma forte e ativa presença internacional, buscando alianças táticas e estratégicas capazes de alterar a correlação de forças atual, desfavorável aos países do sul.

Alteraremos a política externa do País, baseando-a na recusa da inexorabilidade da globalização e na luta por uma outra ordem mundial, baseada no respeito à soberania das nações, na democracia e na cooperação, que visa elevar o nível de vida dos povos. Essa nova ordem só será possível com a desconstituição da hegemonia norte-americana e com a constituição ou reconstituição de organizações internacionais que as expressem.

Proporemos uma reforma e ampliação do Mercosul, com propostas de políticas comuns nas áreas industrial, agrícola, educacional e de ciência e tecnologia. O Mercosul deve combater a exclusão social e propor políticas de mais e melhores empregos e salários. Deve proteger os pequenos e médios proprietários. Deve democratizar suas instituições.

A união dos atuais países-membros do Mercosul e daqueles em processo de associação é a melhor arma para resistir à ofensiva hegemônica dos EUA para formar a ALCA e garantir uma presença soberana da região no mundo. O Brasil combaterá os acordos que dão forma jurídica à hegemonia do grande capital financeiro e do imperialismo, como são a proposta da ALCA e do Acordo Multilateral de Investimentos. O governo brasileiro emprestará todo o apoio a Cuba em sua luta contra o bloqueio econômico.

A abertura comercial deve ser racionalizada, com o uso de salvaguardas e articulada a uma política industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico. Não se quer voltar ao protecionismo cartorial, mas não aceitamos a abertura selvagem ou casuísmos que favorecem lobbies próximos ao governo FHC. O País precisa de uma política de comércio exterior vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentado.

O democrático. No plano político, é necessário um programa de democratização do Estado, que corrija as distorções no sistema de representação parlamentar, elimine o peso do poder econômico nas eleições, por meio do financiamento público das campanhas, e estabeleça uma lei de fidelidade partidária. É preciso garantir o acesso de todos à Justiça, além de fazê-la mais rápida e imparcial, com controle externo.

Para fazer frente ao crescente processo de apartação de homens e mulheres da participação eleitoral e da vida política em geral, decorrente do distanciamento em que o Estado se coloca em relação à sociedade, é necessário transformar a democracia em uma questão central. Impõe-se uma reformulação global do sistema institucional e a criação de novas instituições, tanto no Estado como na sociedade civil, tendo como eixo a reversão do processo de barbarização e a promoção da cidadania. Reformar o sistema jurídico e eleitoral, reformar o sistema político e a polícia e dotar o Estado de capacidade para a promoção de políticas públicas nas áreas de educação, segurança, saúde, seguridade social, infra-estrutura, habitação e meio ambiente, sozinho ou em parceria com a iniciativa privada.

A prioridade na segurança pública é a defesa da cidadania, que exige a unificação e desmilitarização das polícias. É fundamental combater a violência policial, com o fim da Justiça Militar, e assegurar o respeito aos direitos humanos. Fazer ampla reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal e do sistema prisional. A reestruturação das polícias, inclusive da Polícia Federal, é condição para o combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

Com a extensão da cidadania a todos os brasileiros – igualdade e respeito às diferenças de gênero, etnias, raça, idade, opção sexual, condição física ou mental, etc. – o Programa deve incorporar as reivindicações de todos os setores da sociedade que sofrem formas específicas de discriminação.

O Brasil é um país racista e, para a implementação de um Programa Democrático e Popular, é necessário constatar a absoluta impossibilidade de transformações estruturais na sociedade brasileira sem o enfrentamento da questão racial. Os pronunciamentos do atual governo revelam a reengenharia do mito da democracia racial, que busca negar o racismo e substitui sua denúncia por declarações que reconhecem o problema, mas não indagam o papel da sociedade e do Estado na sua superação. É necessário definir claramente um programa específico que estabeleça políticas com capacidade de oferecer aos homens e mulheres negros melhoria de suas condições de trabalho e de vida e devolva a esperança aos amplos setores excluídos da vida nacional pelo racismo.

A reforma do Estado significa democratizá-lo, torná-lo mais transparente e socialmente controlado. Esse controle social é fundamental para combater a corrupção, hoje um componente estrutural do sistema. É urgente acabar com os privilégios, pôr fim à impunidade dos ricos e poderosos, dos assassinos de Corumbiara, de Eldorado do Carajás e do índio Galdino Pataxó, dos responsáveis pelas mortes das clínicas de Caruaru, do Hospital de Idosos ou da UTI de bebês no Rio [de Janeiro], dos ladrões da Encol, dos bancos Nacional e Econômico, dos “300 picaretas” que venderam seus votos em troca das benesses do BB [Banco do Brasil] e alugam seu mandato ao Poder Executivo, de Sérgio Naya, até ontem da “base de sustentação do governo”, dos negociistas da privatária que infestam o País.

A radicalização da democracia passa por uma regulamentação do uso de MP e pelo uso de consultas populares, como plebiscitos e referendos.

A construção democrática deve garantir o acesso de todos aos meios de comunicação, eliminando o virtual monopólio.

Para alcançar as mudanças desses três eixos programáticos, o Brasil deverá experimentar uma revolução democrática, com importante dimensão cultural.

A despeito da presença de um sociólogo na Presidência da República, o País vive um clima de mediocridade intelectual.

A virada que buscamos em 1998, e que este programa procurará expressar, tem uma dimensão fundamental no plano da cultura.

Não se trata de uma operação de sedução de artistas e intelectuais para que subam em nosso palanque, mas da criação de um movimento de renovação de idéias, criatividade científica e experimentalismo estético. Um novo governo deve ser um ponto de apoio material e institucional desse movimento social e autônomo.

Cada vez que o Brasil pensou um Projeto Nacional de Desenvolvimento, ocorreu um forte movimento de idéias, no plano da cultura e das artes. A atual conjuntura é própria para um novo ciclo desse tipo. Os destinos do Brasil estão em nossas mãos e não podemos faltar com nossas responsabilidades.

* Pacote de medidas de ajuste econômico, baixado em consequência da crise das bolsas no Sudeste Asiático, no final de 1997.